

A PROBLEMÁTICA DA COGNOSCIBILIDADE DE DEUS EM GUILHERME DE OCKHAM

THE PROBLEMATIC OF GOD'S COGNOSCIBILITY IN GUILHERME DE OCKHAM

*Igor Angelo Leite¹
José Mauricio Soares²*

Resumo: A problemática sobre a existência de Deus e a sua cognoscibilidade, é algo que vem desde os primórdios da filosofia, percorre todo o viés de sua história e tem grande respaldo no pensamento medieval. Entre os pensadores desta época, um dos que se destaca por meio de seu pensamento dessemelhante em relação aos demais, é Guilherme de Ockham. Segundo ele, por Deus não ser intuitivamente dado, não podemos conhecer a sua quiddidade, mas somente a sua conceituação, ou melhor, seu conhecimento abstrato. Contudo, isso só é possível reduzindo a questão ao absurdo, porque se não existir uma perfeição insuperável, cairíamos em uma digressão infinita de perfeição dos entes, o que seria um absurdo. Assim, para Ockham a suprema perfeição existe, contudo, ao que tange a sua unidade, aponta-a como um artigo de fé de impossível explicação.

Palavras-Chave: Cognoscibilidade. Deus. Quididade. Conceito. Guilherme de Ockham.

Abstract: The problematic about the existence of God and his cognoscibility, is something that comes from the beginning of philosophy, goes through all the ways of its history and has great support in medieval thought. Among the thinkers of this time, one of those who stands out through his dissimilar thinking in relation to the others, is Guilherme de Ockham. According to him, because God is not intuitively given, we cannot know its quality, but only its conceptualization, or better, its abstract knowledge. However, this is only possible by reducing the question to the absurd, because if there is no insurmountable perfection, we will fall into an infinite digression of perfection of the beings, which would be absurd. Thus, for Ockham, supreme perfection exists, however, about his unity, he points it out as an article of faith that cannot be explained.

Keywords: Cognoscibility. God. Quality. Concept. Guilherme de Ockham.

Introdução

Desde o princípio da filosofia, vários filósofos se propuseram, por meio de suas teorias, analisar a possibilidade da existência de Deus e definir sua significação. Tal problemática tem maior respaldo na filosofia medieval, período em que a fé e a razão

¹ Graduando do 1º período de teologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e Licenciado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. E-mail: igorangeloleite@yahoo.com.br

² Professor titular de filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA. Bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia do Recife - ITE. Licenciado em História e Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: mauriciojs12016@gmail.com

cruzam seus caminhos, e por meio disto, dão grandes contribuições ao pensamento filosófico e ao cristianismo. Desse modo, por meio de princípios metafísicos, físicos, intuitivos e espirituais, os pensadores medievais, apresentaram algumas ideias sobre a conceituação filosófica de Deus. Entretanto, tais análises sobre a concepção de Deus não atingem uma conceituação na sua completude, ficam lacunas que deixam transparecer que é impossível definir o princípio de todas as coisas, pois embora tenhamos consciência que Ele existe, que é a suprema verdade e que por Ele aspira nossa vontade, não nos é possível compreendê-lo e, conseqüentemente, também não podemos conceituar a sua essência.

O filósofo Guilherme de Ockham, nascido no ano de 1285, na Inglaterra, foi um frade franciscano que por meio de sua dedicação à filosofia, à lógica e à teologia escolástica, trouxe grandes contribuições ao pensamento medieval, de modo que, ficou considerado como o representante mais elevado da escola nominalista. Entre as suas diversas contribuições, queremos destacar a sua análise sobre a problemática da cognoscibilidade de Deus, muitas vezes taxada como ceticismo, agnosticismo e fideísmo. Segundo Ockham, é possível adquirir um conhecimento sobre Deus de modo seguro, todavia, limitado e não em si. Assim, pode-se saber com segurança que Deus existe e que tem suas próprias propriedades

Para Guilherme de Ockham a cognoscibilidade das coisas se encontra nas próprias coisas, no seu “que é”, sua realidade objetiva conceitual, isso é, partindo da experiência e não delas em si mesmas. Deste modo o conhecimento das coisas em si mesmas, se escondem no próprio conceito. Temos hoje o caso da pandemia do covid-19, não temos uma resposta clara com se exige a filosofia e teologia especulativa formal.

O conhecimento é uma realidade possível, mas se encontra em seu desvelo na história, não temos uma resposta clara, um conceito definitivo sobre a realidade ou de Deus, sabemos que existe. O conhecimento é sempre um modo de ser cognoscível e incognoscível. Guilherme nos ajuda ver que o conhecimento não é uma fórmula pronta, não temos as respostas. A atual pandemia nos mostra dia a dia, o nosso não saber, sabendo que estamos na possibilidade de compreender e chegar ao conhecer, mas, ainda não compreendemos. O conhecimento se esquiva diante de toda a experiência, pois, não temos acesso ao seu em si mesmo, como é o caso do fogo e de Deus.

Buscar a cognoscibilidade de Deus, nos faz ver que o cognoscível se oculta no incognoscível, e que o conhecimento é um longo caminho a percorrer. Todo conhecimento como nos mostra a pandemia do covid-19, é um percurso intelectual, onde

o obscuro do conhecimento é uma realidade, que nos lança na busca da perfeição, do conhecer na facticidade da verdade.

A realidade pandêmica nos vem mostrar que todo esforço mundial de nossa ciência é sempre um conhecimento, onde o conhecimento sempre é um se desvelar, não temos as evidências definitivas, “que é?” sempre é um conceito a se desvelar no ser das coisas, em sua mundanidade. E que todo conhecimento é singular e não pode ser transportado para outras coisas, em nossa experiência sobre ela, isso nos deixa como compreensão epistêmica a atual realidade pandêmica na qual nos encontramos inseridos. Isto posto, o intuito deste trabalho é analisar a problemática ockhamiana da cognoscibilidade de Deus, como um caminho que nos ajuda a clarear um pouco mais os questionamentos que emergem nestes tempos pandêmicos.

1. Teoria do conhecimento de Guilherme de Ockham

Para melhor compreendermos a problemática da cognoscibilidade de Deus desenvolvida por Guilherme de Ockham, faz-se necessário fazer uma análise sobre alguns aspectos de sua teoria do conhecimento. Para o filósofo, existem duas maneiras de se adquirir o conhecimento: a primeira diz respeito ao conhecimento da coisa em si, onde ela mesma (o objeto) determina o ato de inteligir, ou melhor, nada além da natureza do objeto determina o ato de adquirir o conhecimento. Deste modo, nada de outro objeto ou de estranho se junta a natureza do objeto conhecido. Já a segunda diz respeito ao conhecimento do objeto não em si, não como no primeiro modo, mas por meio de sua conceituação.

Digo, por isso, de outra forma, relativamente à questão, que uma coisa pode ser conhecida em si, de modo que nada de outro, nem distinto pela razão nem distinto a partir da natureza da coisa, determine o acto de inteligir a não ser ela própria, e isto quer seja conhecida abstractivamente quer intuitivamente. De outro modo pode algo ser inteligido não em si mas em algum conceito que lhe seja próprio, e isto é maximamente verdadeiro quando se conhece que aquele conceito se verifica acerca de algum ente (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 130).

Segundo Ockham, quando conhecemos o objeto em si, temos o conhecimento de “o que é” o objeto, ao passo, que quando conhecemos somente a conceituação própria dele, temos noção de “que é” o objeto. Existem várias possibilidades destes dois tipos de conhecimentos acontecerem na realidade, entre estas podemos destacar: 1- o

acontecimento simultâneo de ambos, 2- se conhece primeiro “que é” (conceito) para depois se conhecer “o que é” (quididade), 3- se conhece somente “que é”, sem jamais poder conhecer a essência. Um exemplo deste último é o fogo, conhece-se que existe o fogo, entretanto ninguém pode fazer a experiência do mesmo, pois ela conduzirá a aniquilação daquele que se atrever. Assim, do fogo só se pode conhecer a sua conceituação própria, ao passo que do seu acidente, o calor, podemos conhecer o conceito próprio e a sua quididade.

Quando, por outro lado, [uma coisa] apenas é conhecida em algum conceito que lhe seja próprio, primeiro é conhecido ‘que é’ e depois ‘o que é’, ou seja, antes que a quididade, ou qualquer parte da quididade, ou qualquer elemento simples que lhe seja próprio, seja conhecido por um conhecimento que lhe seja próprio, ou equivalente, assim como, ao ver o fogo, conhece-se que existe fogo e o que é o fogo; e isto, se o fogo fosse conhecido em si, mas de facto não é conhecido em si senão o acidente do fogo; quanto ao próprio calor, conhece-se simultaneamente que existe e o que é (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 130).

Diante disto, o conhecimento em si do objeto somente pode ser aplicado a uma parte dos cognoscíveis, ou seja, aos acidentes sensíveis como o calor, onde a sua natureza própria determina exclusivamente e de modo imediato o seu conhecimento intuitivo. Desta forma, só é possível o conhecimento da quididade de algum objeto pela nossa cognoscibilidade, se o mesmo, por natureza própria, se der a conhecer intuitivamente por meio da experiência sensível, caso contrário, só será possível tomar conhecimento de sua conceituação. Segundo Boehner e Gilson (2012, p.541), deste modo “todos os nossos conhecimentos se reduzem, em análise, a algum saber intuitivo, que sabemos ser um conhecimento imediato do respectivo objeto”.

Vale ainda ressaltar acerca do conhecimento das coisas sensíveis, que para Guilherme de Ockham, elas são cognoscíveis porque são formadas de conceito próprio e composto, ou melhor, tem uma conceituação própria, que não é especificamente só sua, mas se aplica aos demais objetos, por isso composta. Diferir disto não é possível, pois jamais podem ser próprio e simples, tendo em vista, que isto acarretaria um conceito para cada substância, algo que na realidade é impossível de se realizar.

2. A cognoscibilidade de Deus

2.1. O conhecimento de Deus

Na análise acima pudemos perceber como se dá o conhecimento das substâncias sensíveis. Entretanto, direcionando especificamente a análise a Deus, será possível conhecê-lo? O processo para conhecê-lo será o mesmo das substâncias sensíveis? De acordo com Guilherme de Ockham, um conhecimento intuitivo de Deus é algo inacessível para o ser humano enquanto ser dependente de suas energias naturais e também pelo fato de Deus não ser uma substância sensível. Segundo Reale (1990, p.625) “deve-se dizer que Ockham exclui toda a intuição de Deus”. Assim, tudo aquilo que diz respeito a natureza divina ou que está intrinsecamente ligado a Deus, não pode ser cognoscível em si à natureza humana, conforme nos justifica o próprio autor:

Justificação: “O primeiro é evidente, porque nada pode ser conhecido naturalmente em si se não for pré-conhecido intuitivamente; mas Deus não pode ser conhecido por nós intuitivamente a partir das coisas puramente naturais, portanto etc. A menor é evidente. Provo a maior, porque não há maior razão para que uma coisa possa ser por nós conhecida em si sem conhecimento intuitivo prévio do que outra; mas muitas coisas não são cognoscíveis senão com base em prévio conhecimento intuitivo, pois, segundo o Filósofo [*Physica* II, 193a 6-9], um cego de nascença não pode ter a ciência das cores nem pode conhecer a cor em si, porque não pode conhecer a cor intuitivamente. Portanto, de modo geral, nenhuma coisa pode ser conhecida em si se não for pré-conhecida intuitivamente; e se a criatura não pode ser conhecida em si se não for conhecida primeiro intuitivamente, então, com muito mais forte razão, também não Deus”. (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 132).

Isto extingue qualquer possibilidade de um conhecimento da essência de Deus por parte do homem, tendo em vista, que o mesmo não é intuitivamente cognoscível como são os acidentes sensíveis. E nem mesmo a partir de alguma criatura pode se abrir alguma possibilidade de se chegar a Deus, porque “do conhecimento individual de uma criatura, o qual é apenas intuitivo ou abstrativo singular, jamais poderemos ascender ao conhecimento singular de um outro ser” (BOEHNER; ETIENNE, 2012, p. 541). Sendo assim, Deus só é por nós abstratamente cognoscível, ou seja, conhecido em conceito e não em si mesmo.

Em vista disso, que tipo de conceito é possível se formular em relação a Deus? Para Guilherme, do mesmo modo que se conceitua as substâncias sensíveis, por meio de

um conceito próprio e compósito, porque de modo diferente não pode ser por nós cognoscível. Isso quer dizer que não existe uma conceituação singular para Deus, mas uma conceituação abstraída naturalmente das coisas, isto é, conceitos que são comuns a Deus e às realidades existentes. Dessa forma, a conceituação própria de Deus é formada pela união síncrona dos vários conceitos comuns e é algo próprio de Deus, que não se aplica a qualquer outra entidade. São eles: o conceito de ente, comum a Deus e aos entes, de sabedoria, comum a sabedoria criada e a incriada, de bondade, que é também algo comum a criada e a incriada, entre outros conceitos, aplicáveis a todas as criaturas e a Deus. “A distância infinita entre as criaturas e Deus é transponível por meio de conceitos reais, desde que sejam suficientemente formais para se manterem indiferentes em relação às modalidades” (BOEHNER; ETIENNE, 2012, p. 541). A junção de todos estes conceitos que resulta no nosso conceito próprio e possível de Deus, jamais pode ser confundida com o conhecimento de Deus em si, porque tal conceito não determina a natureza de Deus e também não só conceitua a Deus, mas comporta o conhecimento de outras coisas.

Entretanto, conceber Deus como ente sábio, bom, justo, etc., ou seja, a partir de conceitos comuns, é situá-lo dentro dos limites do conceito generalíssimo de ente, e, portanto, dentro de uma teoria geral do ente, ou ontologia em sentido tradicional. Esta integração ontológica do tema de Deus é o paradigma ontoteológico da teologia, e é também o seu paradigma clássico (XAVIER, 2010, p. 134).

Entretanto, nos afirma Guilherme de Ockham que conhecer Deus conceitualmente por meio de muitos conceitos próprios e compósitos é possível, no entanto, por meio de múltiplos conceitos próprios de cunho absoluto (não-conotativo), afirmativo (não-negativo) e simples (não-compósito), já não admissível. É equívoco conceituar Deus por meio destes três elementos, porque não é possível formar um conceito de Deus que contemple ao mesmo tempo estes três elementos, tendo em vista que a existência do primeiro tipo de conceito anula todos os conceitos conotativos como causa primeira, criador, governador supremo e etc., a do segundo anula todos os conceitos negativos, como imortal, incorruptível e etc., e a do terceiro anula todos os conceitos que são compósitos, como bem supremo, ato puro e etc.

“Relativamente a esta questão [se pode haver múltiplos conceitos próprios acerca de Deus], digo que, acerca de Deus, não pode haver múltiplos conceitos próprios e convertíveis com ele, um e outro dos quais seja absoluto não-conotativo, afirmativo não-negativo, simples

não-compósito. Pelo primeiro são excluídos os seguintes conceitos: ‘causa primeira’, ‘criador’, ‘governador’, ‘glorificador’. Pelo segundo são excluídos os seguintes: ‘incorrutível’, ‘imortal’, ‘infinito’. Pelo terceiro são excluídos os seguintes: ‘ente infinito’, ‘bem supremo’, ‘acto puro’. Mas, com todas estas condições, não pode alguém ter dois conceitos próprios de Deus e quiditativos, nem um quiditativo e outro parónimo (*denominativum*). E falo acerca do conceito que é um conhecimento abstractivo”. (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 135).

Diante disso, fica evidente que o conhecimento conceitual de Deus é caracterizado como próprio e não como simples, porque é composto; e como conotativo, não-absoluto, porque é formado por conceitos comuns que sempre indica alguma coisa que é distinta de Deus.

2.2. Conceito de supremo: a existência de Deus

Buscando aprofundar a questão sobre a cognoscibilidade divina, Ockham se propõe a analisar se Deus pode ser conhecido por meio do conceito de supremo, algo que pode fugir um pouco daquilo que ele havia afirmado de conceitos possíveis de Deus, se levado em conta a concepção de supremo apontada por Santo Anselmo e por Duns Escoto, como um conceito não conotativo e não negativo. De acordo com o filósofo, isso não se dá desta maneira, pois o conceito de supremo é em si conotativo, ao passo que se concebe como algo que é mais nobre que os demais, e negativo, ao passo que nele se concebe a negação de que exista algo mais nobre. Assim, o conceito de supremo pode ser concomitantemente conotativo e negativo, como também separadamente ou conotativo ou negativo.

A quarta dúvida é que parece que Deus pode ser conhecido em algum conceito simples que lhe seja próprio, e que não seja conotativo nem negativo, como Deus ser supremo, e supremo não é conotativo nem negativo. Resposta: “Quanto à quarta, digo que ‘supremo’ diz um conceito conotativo ou um negativo, ou, de forma equivalente, diz ambos, porque ‘supremo’ é algo que é mais nobre do que os outros, ou que não tem outro mais nobre do que ele próprio”. (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 136).

Diante disso, buscando discorrer mais sobre se é possível conceituar Deus como supremo, o autor dispõe-se a analisar o que deve ser entendido por nome de Deus. Para ele, no nome Deus existe uma diversidade de descrições, neste sentido destaca duas: a primeira diz respeito a algo de suma perfeição e, a segunda, como algo de insuperável

perfeição, ou melhor, a mesma conceituação que se aplica ao conceito conotativo e negativo de supremo.

Nesta questão, primeiro exporei o que deve ser entendido por este nome 'Deus'; em segundo lugar, responderei à questão. Quanto ao primeiro, digo que este nome 'Deus' pode ter diversas descrições: uma é que Deus é algo mais nobre e melhor do que tudo o que é diferente de si; outra descrição é que Deus é aquilo relativamente ao qual nada é melhor nem mais perfeito (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 138).

Contudo, para Guilherme, conceber Deus como algo sumamente perfeito não prova nada da sua existência, porque por meio desta afirmação não se pode comprovar a existência de um único Deus. Isso pode se ver, de modo claro, analisando a proposição "Deus existe", onde é possível colher três caracterizações que isto evidencia: primeiro a proposição por si mesma não é evidente, pelo fato de muitas pessoas duvidarem dela; segundo, não se pode comprovar ela por meio de evidências; e, terceiro, não é claramente conhecido por meio da experiência sensível. Desse modo, "[...] a existência de algo sumamente perfeito não é por si evidente, nem demonstrável por razões evidentes nem cognoscível pela experiência" (XAVIER, 2010, p.138).

Quanto ao segundo, digo que, tomando Deus segundo a primeira descrição, não pode ser provado demonstrativamente que apenas existe um único Deus. A razão disto é que não se pode saber evidentemente que Deus existe, assim entendido; portanto, não se pode saber evidentemente que apenas existe um único Deus, assim entendendo Deus. A consequência é clara: a antecedente prova-se porque esta proposição 'Deus existe' não é por si evidente, uma vez que muitos duvidam dela; nem pode ser provada a partir de evidências imediatas, porque em todo o argumento se aceita algo duvidoso ou crido; nem é evidente pela experiência, o que é manifesto; portanto, etc. (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 138).

Segundo Guilherme de Ockham, a solução desta problemática está em reduzir a questão ao absurdo, afirmando que se não existe algo que seja de perfeição insuperável, cair-se-á num processo de digressão ao infinito em relação à perfeição dos entes, ou melhor, se adentrará num processo de busca pela perfeição mais perfeita, algo que nunca terá um fim. Entretanto, esta demonstrabilidade da existência de algo de perfeição insuperável, por meio do princípio de ordem da perfeição dos entes, não assegura que o supremo seja único. Assim, nos afirma Guilherme que o fato de Deus ser uno é um artigo de fé, pois isto não pode ser comprovado na realidade: "Sed ex hoc non sequitur quod potest demonstrari quod tantum est unum tale, sed hoc tantum fide tenetur" (Mas, neste

caso, pode-se demonstrar que não se segue que se trata apenas de uma coisa, mas apenas pela fé obrigada a saber) (OCKHAM *apud* XAVIER, 2010, p. 139).

Considerações finais

Conforme evidenciamos, para Guilherme de Ockham existem duas maneiras de conhecer os objetos, uma que conduz ao conhecimento em si, ou seja, ao conhecimento da sua quiddidade, ao passo que a segunda conduz ao conhecimento abstrato do objeto, que é o conhecimento em conceito. Nem todo objeto é possível ser conhecido em conceito e em essência (quiddidade), pois a possibilidade do conhecimento em si (quiddidade) do mesmo, só se dá no âmbito da intuição sensível. Isto se aplica a alguns objetos sensíveis, como o fogo, e a todos aqueles que fogem da realidade sensível, como no caso de Deus.

Desse modo, a cognoscibilidade de Deus só é possível para o homem de modo abstrato, por meio de conceitos. Essa conceituação não se dá por meio de um conceito singular de Deus, mas sim por meio de conceitos próprios e compósitos, extraídos naturalmente das coisas sensíveis. Assim, o conceito de Deus é formulado por meio da junção simultânea dos vários conceitos comuns. Entretanto, essa conceituação não pode ser levada em conta como se fosse o conhecimento da quiddidade divina, porque tal conceituação não é singular a Deus, ou seja, é algo que conceitua outras realidades, e por ser assim, não descreve a natureza de d'Ele. Outro fator relevante é que conceitos supremos, afirmativos e singulares, não se aplicam a Deus, tendo em vista a impossibilidade de os três modos acontecerem simultaneamente na realidade sem anular os conceitos: conotativos, negativos e compósitos.

De acordo com Xavier, o ceticismo teológico de Guilherme de Ockham é visivelmente exposto na problemática conceitual de Deus como ser supremo, pois nesta análise o filósofo aponta que conceber Deus como algo insuperavelmente perfeito não prova nada da sua existência, nada da sua unicidade e que por meio dela só se pode dizer que Deus existe, reduzindo a problemática ao absurdo. Segundo Ockham, é somente por meio da hipótese absurda que se prova que Deus existe, porque se não existir uma perfeição suprema, se deixa margem a uma digressão infinita de perfeição dos entes, algo logicamente inadmissível. Contudo, nos adverte o filósofo que isto esclarece sobre a existência de Deus e não sobre sua unicidade, porque é somente pela fé que se pode acreditar na unicidade de Deus. Assim, Guilherme de Ockham concorda com a existência

de Deus como um ser de perfeição insuperável, com a cognoscibilidade abstrata do mesmo, mas não concorda com a demonstrabilidade da unicidade divina.

Podemos dizer que a atual pandemia nos vem corroborar com o momento epistêmico de Guilherme, onde para ele não podemos ter o conceito clara de Deus, pois não temos a clareza empírica das coisas no modo de ser da experiência. Deus existe, a realidade é existente, no entanto as evidências metafísicas que queremos ter da realidade ou de Deus, não podemos ser de forma clara e explícita com evidências apodíticas absolutas. A pandemia nos deixa um claro questionamento sobre as seguranças, que temos em nossa ciência, não existe a perfeição do conhecimento e toda a demonstrabilidade, é um não demonstrar, pois a realidade de Deus e do mundo supera toda cognoscibilidade.

Com o nominalismo podemos aprender hoje, com nossa realidade pandêmica: a essência de todo conhecimento não se encontra nas coisas; delas só temos a possibilidade de conhecimento do em si, quiddidade do mundo em conceitos, e que o modo de conhecer sensível é uma modalidade, que não se esgota em si mesma, pois a realidade sempre extrapola os nossos conceitos.

Sendo a cognoscibilidade um conceito, de Deus e do mundo só podemos dizer: o conhecimento é pura possibilidade por analogia, e que todo conhecer é mediado e não imediato, essa é a contribuição do nominalismo e que hoje se evidencia diante da realidade pandêmica, temos que revisar e rever todo o nosso conhecimento, para poder compreender o momento atual que estamos vendo.

Referências

ANTISERI, D.; Reale, G. *Historia da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. V. 1. São Paulo: Paulus, 1990.

BOEHNER, P.; ETIENNE, G. *História da Filosofia Cristã*. 13 ed. Trad. Eduardo Brandão. Petrópolis: vozes, 2012. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/e-gilson-a-filosofia-na-idade-mc3a9dia.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

MONDIN, B. *Curso de Filosofia*. V. 1. São Paulo: Paulus, 1981.

XAVIER, M. L. L. O. *A Questão da Existência de Deus uma Disputa Medieval*. Lisboa, 2010. 182 p. Relatório de seminário (pós-graduação em história da filosofia) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://files.mlx.webnode.com/200000071-94cbd95b1a/Relat%C3%B3rio_.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

Recebido em: 26/11/2020

Aprovado em: 18/02/2021